



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE CASTANHAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTO E LICITAÇÃO

Parecer nº 086/2018 LICITAÇÃO

Ref. Processo nº 2017/11/3263

PP SRP nº 016/2018 PMC

Interessado (a): Guarda Municipal de Castanhal/Comando da Guarda.

Matéria: Análise jurídica dos Ritos estabelecidos pela Lei 8.666/93

RELATÓRIO

Veio a esta Assessoria Jurídica processo em referência, a fim de apurar a legalidade das propostas alusivas ao **Pregão Presencial SRP nº 016/2018**, cujo objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de confecções de fardamento dos Servidores da Guarda Civil deste Município de Castanhal/Pará.

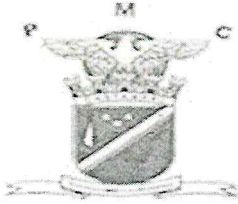
É o relatório. Passo a análise jurídica.

MÉRITO

A modalidade licitatória Pregão instituída pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, é aquela utilizada para aquisição de bens e serviços comuns, em que a disputa pelo fornecimento é feita em sessão pública, por meio de propostas e lances, para classificação e habilitação do licitante com a proposta de menor preço.

Enquanto que o sistema de registros de preços é um sistema regulado pelo Decreto 7.892/2013, utilizado pelo Poder Público para aquisição de bens e serviços em que os interessados concordam em manter os preços registrados pelo órgão gerenciador com base em uma estimativa de fornecimento. Estes preços são lançados em uma ata de registro de preços visando às contratações futuras, obedecendo-se as condições estipuladas no ato convocatório da licitação.

O SRP é uma opção economicamente viável à Administração, pois não obriga a mesma de consumir o total do serviço/ produto estimado. A escolha pelo SRP se dá em razão de diversos fatores:



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE CASTANHAL

- a) quando houver necessidade de compras habituais;
- b) quando a característica do bem ou serviço recomendarem contratações frequentes;
- c) quando a estocagem dos produtos não for recomendável quer pelo caráter perecível quer pela dificuldade no armazenamento;
- d) quando for viável a entrega parcelada;
- e) quando não for possível definir previamente a quantidade exata da demanda; e,
- f) quando for conveniente a mais de um órgão da Administração.

Verifica-se nos autos que está assessoria já havia se manifestado nos autos, por meio do parecer jurídico N° 420/2017, opinando pela regularidade da Minuta do Edital, bem como, aos pontos que tratam sobre a fase interna do Processo Licitatório na modalidade Pregão.

Quanto à fase externa do Processo Licitatório na modalidade Pregão Presencial, a análise de sua regularidade pode ser aferida mediante a análise dos documentos juntada aos autos, verificando o que preceitua o art. 4º da Lei 10.520/2013 e a Lei 8.666/93 em seus art. 28 a 31.

Quanto ao aspecto da exigência legal de ampla publicidade, em análise dos autos revela que a publicidade dos atos foi obedecida, através do aviso de licitação, e através de publicação no Diário Oficial, verificando-se que o princípio da publicidade foi respeitado.

Também se observa que o prazo preconizado em Lei, conforme o inciso V, art. 4º, da Lei Federal nº 10.520/2013, foi obedecido, tendo em vista que foi publicado em 09 de Fevereiro de 2018, e a primeira sessão do certame foi realizada na data de 01 de Março de 2018.

Apenas uma empresa participou do certame, qual seja: **H.L.A PAIVA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA- EPP**

A mesma contém os requisitos que se adequa ao interesses da Administração Pública contendo menor preço e sendo vencedora do certame.



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE CASTANHAL

Não houve manifestação à intenção de recursos.

Assim sendo, considerando que o processo obedece aos procedimentos Legais de acordo com a Lei nº 8.666/93, não há outro Ato Administrativo cabível a não ser a homologação do procedimento destacado.


Por esta razão, está Assessoria Jurídica opina pela produção dos efeitos legais aplicáveis ao caso concreto.

CONCLUSÃO

Diante da análise jurídica explicitada *ex positis*, está ASSESSORIA, considera que o Processo Administrativo Licitatório PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 016/2018, encontra-se em conformidade com os requisitos da Lei 8.666/ 93, Lei 10.520/2002, e Decreto nº 7.892/ 2013, recomendando pela homologação do processo em questão.

É o parecer, salvo melhor entendimento.

Castanhal (PA), 09 de Março 2018.


Triele Pereira Santos
OAB/PA: 15.854
Assessora Jurídica
Prefeitura de Castanhal